



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Cabo Gilberto Silva - PL/PB

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 3.232, DE 2023

Inserir o parágrafo único no art. 6º do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal, para disciplinar a apreensão de objeto lícito utilizado nos casos de legítima defesa, nas circunstâncias que especifica.

Autor: Deputado DELEGADO FABIO COSTA

Relator: Deputado CABO GILBERTO SILVA

I – RELATÓRIO

Busca o presente Projeto de Lei modificar o art. 6º do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal, para disciplinar a apreensão de objeto lícito utilizado nos casos de legítima defesa, nas circunstâncias que especifica.

O autor entende desproporcional e irrazoável o agente ser privado da posse de objetos, ainda que armas de fogo ou outros quaisquer utilizados em sua defesa, caso os mesmos sejam lícitos e estejam sendo utilizados em conformidade com a legislação aplicável, a não ser em situações específicas de indispensabilidade.

A aludida proposição foi distribuída à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (mérito e art. 54 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados), para análise e parecer, sob regime de tramitação ordinária, sujeita à apreciação conclusiva pelas referidas Comissões.

Transcorrido o prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

É o Relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Compete a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados se manifestar sobre a proposição referida quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito, nos termos regimentais.

Sob o prisma da constitucionalidade formal, o Projeto não contém vícios, tendo sido observadas as disposições constitucionais pertinentes à competência da União para legislar sobre a matéria, sendo legítima a iniciativa e adequada a elaboração de lei ordinária.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Cabo Gilberto Silva - PL/PB

No tocante à constitucionalidade material, não se vislumbram também quaisquer discrepâncias entre ele e a Constituição Federal.

Em relação à juridicidade, a proposição está em conformação ao direito, porquanto não viola normas e princípios do ordenamento jurídico vigente, não apresentando vícios sob os prismas da inovação, efetividade, coercitividade e generalidade.

Outrossim, a técnica legislativa empregada atende aos ditames da Lei Complementar nº 95/98.

A apreensão de bens lícitos no curso de uma investigação criminal é uma medida de caráter excepcional.

Esse tipo de ação deve ser realizado com grande cautela e em conformidade estrita com os princípios constitucionais e legais que regem o devido processo legal e a proteção do direito de propriedade.

Nesse sentido, a presente proposta legislativa acertadamente impõe condições para executar essa excepcionalidade, já que a apreensão de bens lícitos deve ser sempre pautada pelo princípio da proporcionalidade: a necessidade e a adequação ao objetivo que se busca alcançar.

Assim, no que diz respeito ao mérito do Projeto em análise, vislumbramos que ele se reveste da mais alta importância.

No entanto, acreditamos que essas regras não devem ficar restritas somente aos casos de legítima defesa, motivo pelo qual elaboramos um Substitutivo a fim de aperfeiçoar o texto apresentado pelo Nobre Autor do projeto.

Ante o exposto, vota-se pela constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.232, de 2023, na forma do Substitutivo anexo.

Sala de Sessões, em de de 2025

Cabo Gilberto Silva

Deputado Federal

PL/PB

Apresentação: 15/10/2025 17:17:08.490 - CCJC
PRL 2 CCJC => PL 3232/2023

PRL n.2

